

# RESPONSABILIDADE SOCIAL DO PORTO DO AÇU NO NORTE FLUMINENSE

*Social Responsibility of Porto do Açú in North Fluminense*

**Rosângela Maria Amorim Benevides-Guimarães\***  
Universidade Federal Fluminense

**Denise Cunha Tavares Terra\*\***  
Universidade Estadual do Norte Fluminense  
Darcy Ribeiro (UENF)

## Resumo

O Porto do Açú é um megaempreendimento portuário que tem impactado social e ambientalmente o 5º Distrito, um território onde tradicionalmente se pratica a agricultura familiar, o extrativismo vegetal, a pesca artesanal e a pecuária, atividades que constituem a identidade territorial de São João da Barra, no Norte Fluminense. Devido ao potencial de impactos, obrigatoriamente, foi feito o licenciamento e foram estabelecidas as condicionantes, conforme a legislação ambiental. Além das condicionantes há as ações que fazem parte da responsabilidade social das empresas portuárias, que, pelas instituições corporativas como o Instituto Ethos, voltam-se à preservação dos recursos ambientais, sociais e culturais, ao respeito à diversidade e à redução das desigualdades sociais. Dessa maneira, questiona-se: as ações sociais corporativas preservam os recursos ambientais, sociais e culturais dos atingidos? O objetivo é identificar o papel das principais ações de responsabilidade social corporativa no 5º Distrito. Para tanto, foram combinadas técnicas da pesquisa de campo e da pesquisa documental. Os resultados mostram que as condicionantes do licenciamento ambiental são intencionalmente confundidas como ações de responsabilidade social corporativa, sugerindo não serem efetivas no papel de proteção e de preservação dos “modos de vida” dos atingidos no 5º Distrito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação social. Licenciamento ambiental. Modos de vida. Responsabilidade social. Identidade territorial.

## Abstract

Porto do Açú is a port mega-project that has socially and environmentally impacted the 5th District, a territory where family farming, plant extractivism, artisanal fishing and livestock are traditionally practiced, activities that constitute the territorial identity of São João da Barra, in the North of Fluminense. Due to the potential for impacts, licensing was obligatorily carried out and conditions were established, in accordance with environmental legislation. In addition to the constraints, there are actions that are part of the social responsibility of port companies, which, through corporate institutions such as the Ethos Institute, are aimed at preserving environmental, social and cultural resources, respecting diversity and reducing social inequalities. In this way, the question is: do corporate social actions preserve the environmental, social and cultural resources of those affected? The objective is to identify the role of the main corporate social responsibility actions in the 5th District. For this purpose, techniques from field research and documentary research were combined. The results show that the conditions for environmental licensing are intentionally confused with corporate social responsibility actions, suggesting that they are not effective in protecting and preserving “ways of life” of those affected in the 5th District.

**KEYWORDS:** Social participation. Environmental licensing. Ways of life. Social responsibility. Territorial identity.

## Introdução

As ações de responsabilidade social corporativa (RSC) são implementadas pelas empresas como parte de seu compromisso social com as comunidades locais negativamente impacta-

das por obras e/ou atividades (RICO, 2004). Quanto às condicionantes ambientais, elas são obrigações legais do licenciamento de uma obra ou de uma atividade potencialmente impactante, com vistas à proteção e à preservação social, econômica, ambiental e cultural, conforme a Resolução n.001/1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Com a construção do Porto do Açú no 5º Distrito de São João da Barra, no Norte Fluminense (NF), foram identificadas ações de responsabilidade social e condicionantes ambientais e, ainda, atividades de extensão universitária.

O 5º Distrito é um território predominantemente rural, tendo como principais atividades econômicas a agricultura familiar e a pesca artesanal, mas que vivencia os impactos negativos do empreendimento portuário, como a retirada forçada de aproximadamente 1.500 famílias de suas terras e de suas casas, a salinização da água e do solo, o cercamento de áreas marítimas de pesca e a restrição do acesso a lagoas costeiras.

Este artigo busca responder à seguinte questão: as ações sociais corporativas presentes no 5º Distrito preservam recursos ambientais, sociais e culturais dos atingidos? O objetivo é identificar o papel das principais ações de responsabilidade social corporativa nessa localidade.

Metodologicamente, foram combinadas a pesquisa de campo e a documental. A pesquisa de campo foi realizada nos anos de 2019 e 2021, com entrevistas a 4 atingidos pertencentes a grupos sociais específicos, como o de agricultores, o de pescadores e o de reassentados do Vila da Terra, além da utilização da técnica denominada de “itinerários de captação de paisagem” (IPC). Esta criada para coletar informações sobre a paisagem das áreas mais afetadas pelo Porto do Açú com o uso de mapas, de um aparelho receptor de informações por satélite (GPS), de equipamentos fotográficos e de filmagem e de anotações em diário de campo.

Para o levantamento das ações de RSC e das condicionantes ambientais foi realizada uma pesquisa nos Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) nos portais do Porto do Açú e de instituições e de órgãos públicos. Na *web*, com o uso do buscador Google, foram acessados vídeos e outros materiais de marketing corporativo.

As atividades de extensão universitária foram identificadas a partir das entrevistas com os atingidos. Também na *web*, por meio de palavras-chave, nas postagens do Blog do Pedlowski e do Blog do Roberto Moraes, nos relatórios técnicos e na rede social digital Facebook. Também foram acessados os portais dos projetos de educação ambiental Pescarte e Territórios do Petróleo e solicitado via e-mail à coordenação de extensão do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) de Campos, a lista dos projetos do período de 2009 a 2021.

Para o mapeamento de teses e de dissertações defendidas no período de 2009 a 2021 com o tema Porto do Açú, foram acessados repositórios institucionais e/ou páginas virtuais dos programas de pós-graduação *stricto sensu* das universidades localizadas em Campos dos Goytacazes.

Estruturalmente, o artigo possui três seções, além desta introdução e da conclusão. A primeira seção, a partir de uma discussão sobre “modos de vida”, trata dos impactos do Porto do Açú no 5º Distrito. A segunda seção articula o papel das principais condicionantes e das ações de RSC na preservação dos “modos de vida” dos atingidos e as atividades de extensão universitária no 5º Distrito. Finalmente, a última seção apresenta uma proposta de participação e de controle social no 5º Distrito.

## O 5º Distrito e os “modos de vida” dos atingidos pelo Porto do Açú

São João da Barra é um município do Norte Fluminense que teve sua população estimada em 36.423 habitantes em 2020. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) apresentou uma melhoria, considerando que, em 1991, era de 0,580 e, em 2010, passou para 0,771 – um crescimento de 32,93%. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), em 2018 o município aparecia em 15º lugar entre os 100 maiores PIB *per capita* do país, graças ao setor da indústria, principalmente, ao da produção de óleo e gás (TCE-RJ, 2020, p. 36 e 81).

Considerado um município dependente dos *royalties* do petróleo, que em 2008 correspondiam a 81,4% das receitas municipais, São João da Barra tem sua realidade alterada a partir de 2009 com a construção do Porto do Açú e com as transferências constitucionais (ICMS, FPM, IPVA), reduzindo essa dependência municipal das receitas dos *royalties* para 33,4% em 2016 (RANGEL, 2013; RANGEL, PIQUET e SHIMODA, 2018). Porém, salienta-se que a redução da dependência dos *royalties* foi “forçada” por um componente conjuntural, que foi a queda internacional do preço do barril do petróleo.

Administrativamente São João da Barra está dividido em 6 distritos, dentre eles o de Pipeiras, o 5º Distrito. Diferente de Atafona e de Grussaí, que são distritos praianos e voltados ao turismo, o 5º Distrito, o maior em extensão territorial, é predominantemente rural, com alguns pequenos núcleos urbanos, habitado por agricultores familiares e pescadores artesanais, vivendo da agricultura de subsistência e familiar, da pesca e da pequena pecuária.

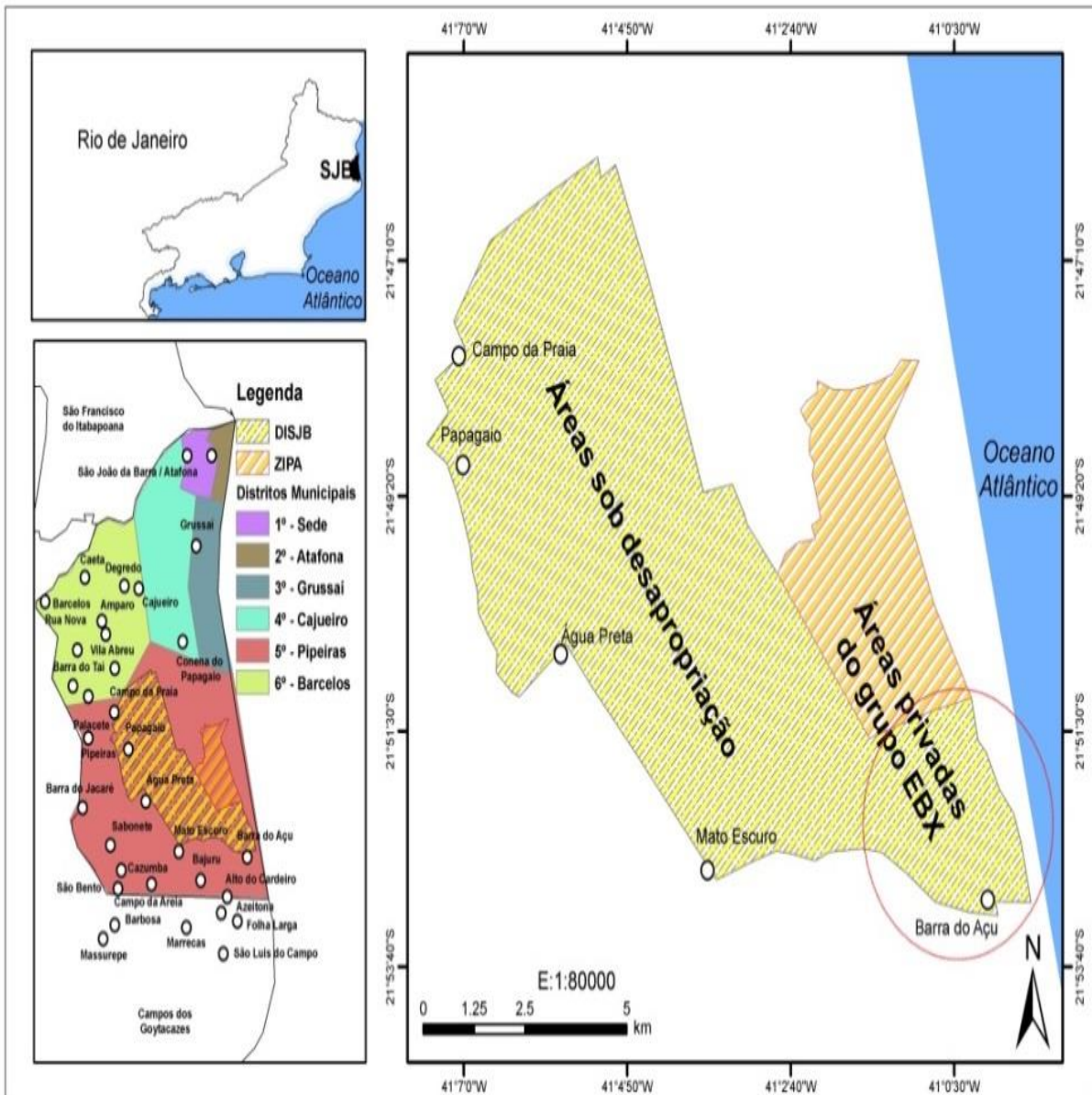
Em 2007 deu-se início às obras do Porto do Açú, o único porto-indústria privado do país (PESSANHA, 2017), conectado às principais redes mundiais portuárias administradas por atores da logística global e funcionando como corredor logístico de circulação de mercadorias. No 5º Distrito também foi criado pelo executivo municipal, em 2008, o Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), constituindo o que foi denominado de o Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú (CLIPA).

Além dos decretos estaduais de desapropriação para a criação do CLIPA, no âmbito municipal, o Plano Diretor foi alterado em duas ocasiões: em 2006, quando a construção do Porto do Açú estava em negociação e em 2013, quando o empreendimento já era uma realidade. Essa última revisão promoveu, por meio do macrozoneamento, uma alteração na estrutura fundiária,

com áreas onde as terras expropriadas foram transformadas de rurais em áreas industriais (COSTA, 2018).

Essa revisão no ordenamento territorial modificou o uso e a ocupação do solo no 5º Distrito, reduzindo as áreas para a agricultura, para a pecuária e para a pesca, que, juntamente com as obras do Porto do Açú, impactaram as principais atividades econômicas e ameaçaram a preservação dos “modos de vida” tradicionais.

Figura 1 - Áreas desapropriadas do 5º Distrito



Fonte: Pedlowski (2014).

Segundo Braga, Fiúza e Remoaldo (2017), apesar de utilizado na literatura internacional (e nacional), o conceito “modo de vida” é polissêmico e apresenta imprecisão teórica, carecendo de melhor definição.

A aplicação do termo “modo de vida”, nas origens da Sociologia, foi feito em análises que buscavam compreender a passagem das sociedades pré-capitalistas para as industrializadas, apontando as transformações nas sociedades rurais e a questão da urbanização do campo – entendido como um processo de aculturação – e como o modo de vida camponês era impactado pelo urbano, à medida que o urbano ia se espalhando para o campo, ocorrendo um processo de urbanização dos “modos de vida” do campo, como Antônio Cândido compreendeu se referindo ao Brasil (BRAGA, FIÚZA e REMOALDO, 2017).

Não ficando restrito às análises sobre as transformações nas sociedades tradicionais, “modo de vida” passou a ser compreendido como relativo às condições de vida e ao estilo de vida; como um sinônimo de forma de vida e de gênero de vida.

Para Bourdieu, segundo Braga, Fiúza e Remoaldo (2017, p. 377), o termo *styles de vie* é definido como relativo “às práticas e às propriedades que formam uma expressão sistêmica das condições de existência relacionadas às diferenciadas posições dos agentes no tecido social”, utilizado como um “demarcador simbólico das diferenças entre classe”.

Outro conceito apresentado por Braga, Fiúza e Remoaldo (2017, p. 378) relativo a “modo de vida” é o de *genre de vie*, de Paul Vidal de La Blache, “que aponta para a ação do homem sobre a natureza, imprimindo sobre a terra as suas características econômicas, sociais, ideológicas e culturais”.

Ainda segundo Braga, Fiúza e Remoaldo (2017), há autores para quem os conceitos de “modo de vida” são perpassados por relações de poder, pela lógica da reprodução da força de trabalho, que expressa as condições de classe e de exploração; pelas diferentes práticas cotidianas e pela percepção e pelo grau de consciência dos atores sobre seus destinos individuais e coletivos.

Este artigo assume que o conceito de “modos de vida” tem um vínculo com o território, podendo ser denominado de “modos de vida territorializados”, por serem constituídos de elementos sociais, econômicos, culturais e ambientais, que formam a identidade dos grupos sociais que têm no território sua forma de existência material e simbólica. Significa que alterações profundas no território podem ameaçar a preservação dos “modos de vida” da agricultura familiar e da pesca artesanal pelo Porto do Açú, no 5º Distrito.

Segundo Paes e Zappes (2016), a agricultura familiar praticada no 5º Distrito utiliza técnicas, instrumentos e etapas com baixo uso tecnológico e com o conhecimento da atividade repassado oralmente no interior das famílias. Para os agricultores, as propriedades rurais são um patrimônio da família e uma ferramenta de trabalho, onde fazem uso do manejo tradicional e onde congregam as técnicas modernas com as tradicionais. Ainda observaram as autoras que a prática da agricultura familiar garante a sobrevivência e é repassada pelo núcleo familiar durante gerações, demonstrando ser uma atividade tradicional.

São João da Barra é o 2º maior produtor de abacaxi do estado do Rio de Janeiro, no entanto, o total de área plantada é muito insignificante se comparado ao do município vizinho, São

Francisco de Itabapoana, o 1º produtor, não passando dos 400 ha, contra 4.000 ha em 2020, o quê, de certa forma, explica-se pelo fato da maior parte da área agrícola de São João da Barra ter ficado com São Francisco de Itabapoana na emancipação deste. Porém, em São João da Barra houve períodos de aumento da área plantada de abacaxi, que pela Tabela 1 é possível ver que ocorreram concomitantemente com uma redução expressiva da área colhida de outras lavouras temporárias e permanentes.

Tabela 1 – Área colhida – lavouras temporárias e permanentes em São João da Barra (hectares)

Produto	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Abacaxi	200	200	160	250	250	280	400	380	380	320	320	304	320
Batata-doce	20	20	20	20	20	12	15	15	15	21	20	30	20
Cana-de-açúcar	3200	3200	3250	2600	2600	200	900	900	900	120	15	19	15
Mandioca	50	50	52	52	55	50	50	50	50	53	50	52	50
Melão	10	10	8	7	7	3	-	-	-	-	-	-	-
Tomate	2	2	3	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Banana (cacho)	5	5	5	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6
Coco-da-baía	80	80	90	90	90	95	95	90	90	90	90	94	90
Goiaba	49	49	49	49	49	63	20	30	30	20	20	20	20
Laranja	6	6	6	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3632	3632	3643	3081	3084	708	1486	1471	1471	630	521	525	521

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Observando os dados da Tabela 1, em 2008, a área colhida total em São João da Barra, relativa às lavouras temporárias e às permanentes, foi de 3.632 ha. Passados 12 anos, ou seja, em 2020, essa área foi reduzida para 521 ha. Esses dados indicam que as desapropriações de terras, o reassentamento em terras não favoráveis ao plantio e o não acesso à terra – uma vez que mais de 60% dos agricultores não foram indenizados e alguns tiveram que arrendar terras – possuem relação com a redução da área colhida de outras lavouras temporárias e permanentes e com um aumento, a partir de 2011, da área colhida de abacaxi.

Importante destacar que existiam outras culturas no município, conforme dados do IBGE na Tabela 1, que deixaram de aparecer nas estatísticas por não serem mais cultivadas, como o feijão, o maracujá, a melancia e o milho, a partir de 2006; a laranja e o tomate, a partir de 2013 e o melão, que não aparece nos dados do IBGE desde 2014.

Sobre a pecuária, o rebanho de gado não variou muito nos anos de 2011 a 2019, ficando entre 22 mil e 29 mil cabeças conforme o IBGE (2017), porém a produção de leite apresentou uma queda. Em 2011, foram 2.958 l (litros) e, de 2012 a 2015, foram cerca de 3 mil l. A partir de 2016, o total caiu para cerca de 1 mil l, ficando na casa dos 2 mil l até 2019.

Destaca-se que os pequenos produtores têm o leite para a subsistência e também como uma alternativa de renda e que, possivelmente, as alterações na estrutura fundiária em benefício do Porto do Açú influenciaram na queda da produção, já que os expropriados ficaram sem as terras para o pasto. É ilustrativo um fato ocorrido em 2015, quando, devido ao não acesso à água

para o gado em um período de seca intensa na região, ocorreram mortes de animais, em um caso que ficou conhecido nas redes sociais digitais como “vaca atolada” (PEDLOWSKI, 2015).

A pesca artesanal está arraigada na cultura popular, a exemplo das festas religioso-culturais, entre elas a festa em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes, que mobiliza não só os pescadores e suas famílias, mas todo o município, com atividades religiosas (ladainhas, terços, missas, procissões) e com shows de artistas locais e nacionais.

Outras festas tradicionais são em homenagem a São Pedro, o padroeiro dos pescadores e a Nossa Senhora da Penha, a padroeira dos pescadores e do distrito de Atafona. São festejos que demonstram a expressão estética da pesca, como suas tradições e seus costumes, e que manifestam a forma de estar no mundo do pescador artesanal.

Os pescadores artesanais exploram ambientes próximos à costa; fazem uso de artefatos artesanais; praticam a atividade de subsistência e/ou comercial e possuem seus próprios meios de trabalho. Não possuem vínculo empregatício, vivendo da economia informal, e das atividades de beneficiamento. A confecção e a comercialização de apetrechos são organizadas em família e no espaço da casa.

Os pescadores artesanais também possuem um saber tradicional sobre o ambiente que é passado de geração em geração, desenvolvendo uma atividade que depende das condições naturais do mar, das lagoas e dos rios, bem como da oferta e do consumo de pescado para a sua sobrevivência e de sua família, além de gerarem renda local (ZAPPES, OLIVEIRA e BENEDITTO, 2016).

Para Timóteo (2019, p. 150), ser pescador é uma atividade “circunscrita aos costumes e às tradições”. É uma arte e é, também, uma atividade econômica que permite o acesso a renda, para atender às necessidades básicas do pescador e de sua família. Também é uma atividade que demanda um longo processo de aprendizagem, que se inicia na família e que, além de ser uma atividade econômica, é mais ainda o “reconhecimento de um meio de vida”.

Em Timóteo (2019), dados mostram que os pescadores começam a trabalhar nessa atividade desde muito cedo, geralmente com menos de 15 anos de idade, em particular no Norte Fluminense. Inclusive, em São João da Barra e no 5º Distrito, além das dificuldades próprias da atividade, como as mudanças climáticas e as alterações na fauna e, conseqüentemente, na oferta do pescado, os pescadores convivem com os grandes empreendimentos petrolíferos e portuários.

Prado (2014, p. 72), ao coletar dados da Colônia de Pescadores Z-2, que representa os pescadores de São João da Barra e, entre eles, os do 5º Distrito, informa a existência de cerca de 1.400 pescadores cadastrados e de cerca de 2.000 pessoas que acessavam a pesca artesanal no município, mas que não eram vinculados à Colônia e que não tinham os documentos de pesca, com base na entrevista de 2013 com o Sr. Willian Pereira, à época presidente da Colônia.

Quanto à produção da pesca artesanal, em 2011 e em 2012, ela foi de 1.515 t e de 1.042 t, respectivamente, não fazendo distinção da origem, se artesanal ou se industrial, com São João da Barra tendo uma participação de 2% a 1% do total produzido no Estado (FIPERJ, 2013).

De julho a dezembro/2017 no Norte Fluminense, São João da Barra aparece em 3º lugar, com uma produção estimada de 701,9 t desembarcada no Terminal Pesqueiro de Atafona, ficando atrás de São Francisco de Itabapoana, em 1º lugar, e de Macaé, em 2º. A pesca artesanal teve a maior produção, com 529,4 t e a industrial, com 172,5 t (FIPERJ, 2017). A pesca de interior, em água doce (rio, lagoas e canais), desenvolvida em pequena escala, volta-se, sobretudo, para a subsistência familiar e para a venda do excedente, não havendo uma estatística.

Apesar de não existirem dados estatísticos que forneçam uma série histórica da produção pesqueira de São João da Barra e do 5º Distrito, entrevistas obtidas por Santos, Bonfim e Benedito (2017) com pescadores de Atafona mostram que há uma redução na produção decorrente das atividades portuárias, que, além de gerarem impactos na pesca, podem levar a atividade à extinção.

A agricultura familiar, a pesca artesanal e a pequena pecuária são atividades tradicionais de São João da Barra e do 5º Distrito, possuindo papel fundamental na geração de trabalho e de renda das famílias mais pobres, além de contribuírem para a segurança alimentar. No quesito ambiental, elas beneficiam a preservação do meio ambiente pelo baixo impacto e pela adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, que colaboram com a proteção da biodiversidade e do clima global.

Dessa forma, a agricultura familiar, a pequena pecuária e a pesca artesanal são atividades que, além de econômicas, possuem dimensões sociais, ambientais e culturais, que constituem o território e os “modos de vida” do 5º Distrito e que precisam ser preservadas.

## **Responsabilidade social das empresas portuárias no 5º Distrito**

As ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) remetem ao início dos anos 1980, passando a serem dominantes depois da Cúpula da Terra, a Rio 92. Misoczky e Böhm (2013), em uma perspectiva crítica, compreendem essas ações como parte de um projeto neoliberal mais amplo, que sedimentou o movimento que transferiu a regulação governamental (Estado) para a autogovernança e a autorregulação das empresas.

Nessa concepção, com o uso de dispositivos gerencialistas para fazer a gestão do social e orientada pela economia de mercado, a RSC controla processos com intuito de alcançar os objetivos desejados e as corporações se fazem presentes nos territórios, não somente em sua função precípua de geração direta de lucro, mas também de eliminar ou de conter os riscos ao negócio, por meio de uma licença.

Gaviria (2015, p. 138) refere-se a “licença social para operar”, um dispositivo de controle e de consenso para alcançar a legitimidade da comunidade afetada, surgido nas discussões sobre os conflitos sociais associados a empresas mineradoras no Canadá. É um mecanismo que busca



a adesão das comunidades locais e o gerenciamento do “descontentamento social”, sendo uma “espécie de aprovação da comunidade às operações de uma determinada empresa”.

Ainda segundo a autora, esse dispositivo de gerenciamento social corporativo tem caráter informal, porém está articulado às regulações formais, como as do licenciamento ambiental. Além disso, é uma ferramenta de governança empresarial, que visa reduzir os riscos de conflitos sociais e de danos à imagem da empresa, criando valor com a utilização de terminologias e de discursos como “responsabilidade social”, “sustentabilidade” e “investimento social” (GAVIRIA, 2015, p. 139).

Para as empresas, existe a necessidade de uma licença social fornecida pela comunidade, resultado de consulta, de participação e de diálogo entre a comunidade local, o governo local, o regional e o nacional. Nesse sentido, a “licença” é um “mecanismo político de territorialização das empresas” (GAVIRIA, 2015, p. 142), tanto que o empreendimento, ao tentar regular conflitos, tem na “licença” um instrumento que funciona como um controle dos riscos sociopolíticos.

Segundo Rico (2004), para as instituições corporativas empresariais como o Instituto Ethos, a RSC diz respeito à função social das empresas, não somente no aspecto ambiental, mas também social, cultural, econômico e político, sendo uma

forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais (ETHOS 2004 *apud* RICO, 2004, p. 73).

Para Rico (2004, p. 74 e 75), o surgimento da RSC a partir dos anos de 1980, está associado a um contexto de “crise mundial de confiança nas empresas”, levando as empresas a promoverem um “discurso politicamente correto”, a implementarem “ações de melhoria da qualidade de vida e trabalho” ou a terem somente um “discurso desvinculado de uma prática socialmente responsável”. Ainda para a autora, a RSC passa “pela compreensão do modelo político-econômico instaurado a partir do processo de globalização, pelos problemas sociais estruturais decorrentes, pela necessidade da reforma do Estado e pelas pressões cada vez mais frequentes da sociedade civil”. Assim, as empresas socialmente responsáveis, que têm projetos visando o desenvolvimento social e comunitário, além do reconhecimento e da valorização de suas marcas, produzem impactos sociais que podem refletir na melhoria de vida da comunidade. Porém, há as empresas que são negligentes e sem compromisso social, causando danos e impactos ambientais, sociais e culturais, violando direitos e não apresentando coerência entre o discurso e a prática.

Essas empresas adotam o discurso da responsabilidade social para fins de marketing verde (*greenwashing*) e para criar uma imagem eticamente responsável, porém escamoteiam os impactos e seus efeitos, ao adotarem uma postura discursiva de sustentabilidade ambiental e de justiça social (PAGOTO, 2013).

No 5º Distrito as empresas portuárias se posicionam como parceiras do desenvolvimento social e comunitário, por meio de ações como as elencadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais ações de RSC das empresas portuárias

Infraestrutura	Administração pública	Saúde	Segurança pública	Cultura – Apoio
Construção de linha de transmissão de energia elétrica estrada Cajueiro	Apoio na elaboração do Plano Diretor	Reforma do PU do Açú	Doação de 2 ônibus e equipamentos	Agremiações carnavalescas Concurso de marchinhas
Dragagem de canal Cehab			Doação de 5 viaturas para PM e Polícia Civil	Festa de pescadores Colônia Z -2
Pavimentação de estradas no 5º e 6º distritos				Projeto teatral
Instalação de 2 poços artesianos e sistemas de distribuição no 5º Distrito				Projeto de capoeira
Entrepasto pesqueiro (2011)				Certificação do Patrimônio Cultural e Centro de Desenvolvimento Territorial

Fonte: Elaboração própria com base em Porto do Açú Gestão Social e Benevides-Guimarães e Terra (2020).

Conforme o Quadro 1, as ações de RSC são nas áreas da infraestrutura, do planejamento territorial, da saúde, da segurança pública, da cultura e da pesca, que são áreas estratégicas para gerarem benefícios empresariais, mas também essenciais para a proteção social dos atingidos, conforme Benevides-Guimarães e Terra (2020).

Na cultura, as ações de RSC das empresas portuárias se dirigem ao patrocínio de atividades carnavalescas e de festas tradicionais, como as dos pescadores, além de outras atividades culturais em parceria com o Conselho Municipal de Cultura.

A Segurança Pública, apesar de ser fundamental na proteção da vida dos atingidos no 5º Distrito, apoiou a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) e a empresa LLX/Prumo nos vários episódios de remoção forçada das famílias, que resistiram a saírem de suas terras e de suas casas em face do mandado judicial de desocupação.

Outra ação de RSC refere-se ao apoio do Grupo EBX na contratação do escritório Jaime Lerner arquitetos associados para a elaboração do Plano Diretor, que alterou o zoneamento territorial de São João Barra para adequar o local ao Porto do Açú.

Além dessas ações, algumas condicionantes do licenciamento ambiental são intencionalmente confundidas com ações de RSC, ou seja, com ações voluntárias das empresas portuárias.

Em 2020, a empresa Prumo, controladora do Porto do Açú, criou o Conselho de Desenvolvimento Local do Porto do Açú, um espaço corporativo formado por conselheiros, entre eles o reitor do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) e professores do ESR/UFF Campos, objetivando o desenvolvimento para São João da Barra e o 5º Distrito. A proposta do

Conselho é fortalecer a educação, estimulando “práticas educativas inovadoras” no território em parceria com o município, “engajando” os professores e as equipes pedagógicas de escolas municipais (IFF, 2020; PORTO DO AÇU, 2020).

Outra ação corporativa na área da educação é o Projeto Escola do Século XXI, promovido pelo referido Conselho em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, para ofertar cursos direcionados a professores e a toda equipe da comunidade escolar, pois, segundo informação sobre o Projeto no portal do Porto do Açu, como parte de sua responsabilidade social, o empreendimento tem um compromisso com a formação da comunidade.

Apesar de ser apresentada como uma ação de RSC, esse Conselho e suas atividades se assemelham as condicionantes do licenciamento ambiental, como as recomendadas dentro do tema do “engajamento comunitário” do EIA/RIMA de instalações portuárias (MMX, 2006), que tem, entre outros objetivos, o de dirimir conflitos e o de criar um ambiente de diálogo.

Outra condicionante do licenciamento que se confunde intencionalmente com ação de RSC é o entreposto pesqueiro. Apresentada com uma ação de RSC, no entanto, para a Colônia de Pescadores Z-2, o projeto é uma compensação econômica e não uma iniciativa voluntária de apoio à pesca, como informam as empresas Prumo e Ferroport, que anunciaram que, ao término da obra, doará o prédio para a Prefeitura (NETO, 2017).

O reassentamento Vila da Terra, o Programa de Mitigação de Desova das Tartarugas Marinhas e a Reserva Particular do Patrimônio Natural, a RPPN Caruara, são outras condicionantes intencionalmente confundidas como ações de RSC e utilizadas como uma peça de marketing socioambiental do Porto do Açu.

Com origem nos deslocamentos forçados, segundo a ONU, os reassentamentos devem ser implantados com base na Declaração Universal de Direitos Humanos e no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que tratam do direito humano à moradia. Eles devem prover as condições econômicas, sociais, ambientais e culturais anteriores ao reassentamento, de forma que os deslocados perpetuem seus “modos de vida”.

Contudo, o reassentamento Vila da Terra, uma medida compensatória conforme o EIA/RIMA do DISJB (LLX, 2011), é veiculado em materiais institucionais e em vídeos do Porto do Açu disponíveis na *web*, como uma ação de RSC e um produto de marketing socioambiental corporativo e, ainda, como um “case de sucesso” pela Prumo (PORTO DO AÇU, 2019). No entanto, não evidencia atender ao objetivo de preservação dos “modos de vida” dos atingidos, conforme se depreende de Alvarenga (2013) e Barcelos (2013) e pelas entrevistas com os atingidos, realizadas em 2021 por uma das autoras deste artigo.

Além de atender somente a cerca de 50 famílias expropriadas de um total de aproximadamente 1.500, com base em critérios como o tamanho da área desapropriada, algumas casas foram vendidas e outras se encontram fechadas, devido, dentre outros fatores, à distância de familiares e de parentes, dificultando a agricultura familiar; à distância dos pequenos núcleos urbanos e aos relatos de assaltos às casas da localidade.

A RPPN Caruara é uma compensação ambiental, conforme o EIA/RIMA do DISJB (MMX, 2011) sobre o Programa de Compensação Ambiental e o Programa de Fortalecimento de Unidades de Conservação, com investimentos dos recursos das compensações na implantação e na criação da RPPN Caruara. Porém, assim como acontece com o Vila da Terra, a RPPN Caruara também é utilizada corporativamente, como ação de sustentabilidade, mostrada em vídeos disponíveis na *web* e em material informativo do Porto do Açú, sendo transformada de uma condicionante de proteção em peça de marketing ambiental, e apresentada como *hub* verde (PORTO DO AÇU, p. 43). Contudo, o acesso da comunidade do entorno é controlado e restringido pela administração do Porto do Açú, afetando atividades como a pesca artesanal.

De forma semelhante, o Programa de Mitigação de Desova das Tartarugas Marinhas, outra condicionante, conforme o EIA/RIMA do Porto do Açú (MMX, 2006, p. 4-252, 4-386 e 7.24), é veiculado em vídeos do Porto no idioma chinês mandarim – certamente visando clientes chineses e boas relações públicas com o Porto de Guangzhou – como uma ação de sustentabilidade e de responsabilidade empresarial (PORTO DO AÇU, 2020).

As ações de RSC do Quadro 1 e as condicionantes do licenciamento, podem ser questionadas se efetivamente atendem aos atingidos ou se servem mais para beneficiar as empresas portuárias e seus interesses, ainda mais ao serem capturadas para fins de marketing e de propaganda. Podem, também, ser questionadas se explicam a ocorrência de conflitos e se indicam a necessidade de participação e de controle social no 5º Distrito.

### **A participação social como caminho para as ações efetivas de Responsabilidade Social no 5º Distrito**

Mesmo com a presença de condicionantes do licenciamento e de ações de RSC, o 5º Distrito apresenta conflitos manifestos e latentes, que, a nosso ver, estão associados a não efetividade do controle dos impactos e às consequentes ameaças aos “modos de vida territorializados”.

Tendo como principais objetos a terra e a água, os conflitos no 5º Distrito têm relação com a tomada das terras de cerca de 1.500 famílias, com a existência de mais de 60% dos expropriados ainda não indenizados, com o cercamento de lagoas e de áreas marítimas de pesca (BARCELOS, 2013; COSTA, 2018) e com a salinização da água e do solo (VILANI, CRUZ e PEDLOWSKI, 2021), restringindo o acesso aos meios de preservação social dos atingidos.

Destacam-se também a ausência de diálogo entre as empresas portuárias e a comunidade do entorno; as dificuldades de diálogo do poder público municipal com as empresas; e a não concretização das expectativas criadas em torno do Complexo Portuário, como a criação de empregos e o esperado “desenvolvimento” (RANGEL, PIQUET e SHIMODA, 2018; RANGEL, 2020; REDE PRO-RIO, 2022).

Quanto à ausência de diálogo, tal fato compromete as atividades econômicas, sociais e culturais constitutivas do território, ao cercear o debate público e a participação social, e ao amea-

çar a soberania popular, uma vez que a população é colocada à margem dos processos decisórios.

Não se trata da participação nas audiências do licenciamento, que foi baixa e conduzida com pouca informação, conforme Latini (2016), sendo as audiências consideradas pró-forma. Tampouco se trata da participação da comunidade nas atividades educativas realizadas pelas empresas portuárias, sem a participação efetiva dos atingidos e da comunidade em geral. Ressaltamos que o que está em questão é a necessidade de implementar o controle social, a fim de que as condicionantes cumpram seu papel na proteção e na preservação dos “modos de vida” tradicionais do território de forma sustentável.

O território é o “espaço de pertença”. É “aquela porção do espaço geográfico na qual uma determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual ou coletivo, [...]”, na acepção de Pollice (2010, p. 8) e onde há um envolver de caracteres socioculturais e de intersubjetividades em sua relação com o uso dos ecossistemas naturais. A identidade territorial, por sua vez, está associada à identidade de um grupo social, no sentido de pertencimento social, a fim de gerar um desenvolvimento endógeno (POLLICE, 2010).

A identidade territorial pode ser interpretada como sentido de pertença, identificação social, representação partilhada de um si coletivo, [...]. A identidade territorial é de fato isto que se oculta por trás daqueles sinais e que dá sentido a eles. Assim, o agir político, [...], deve tender a preservar não somente as expressões identitárias da cultura dos lugares, mas também os valores (identitários) que tais expressões contribuíram a plasmar (POLLICE, 2010, p. 11).

Com base em Pollice (2010), para que a identidade territorial do 5º Distrito seja preservada, não basta implementar as condicionantes e achar que cumprirão seu papel na proteção socioambiental, prescindindo da fiscalização, do acompanhamento e do monitoramento pelos atingidos, os principais interessados pela sua efetividade. Tampouco achar que executar as ações de RSC planejadas a partir dos gabinetes dos gestores sociais, alheios às necessidades dos atingidos, seja suficiente para proteger e para preservar os “modos de vida”.

Assumimos, amparadas em Petrus e Pereira Júnior (2016), que, para que condicionantes ambientais sejam efetivas para o público prioritário, a participação social, um mecanismo de distribuição do poder e de horizontalização das relações sociais, é a condição para a construção de uma comunidade com autonomia e com consciência de suas capacidades econômicas, sociais, ambientais e culturais, além de ser um direito humano, social e político básico e fundamental.

O inverso da participação social é a formação de cidadãos e de cidadãs submissos/as, suplicantes e dependentes, que guardam relação com o autoritarismo entranhado na cultura brasileira, “[...] impregnada de medo, resignação e acomodação”. Principalmente em comunidades rurais onde a desigualdade social se transforma em exclusão social e política, e passa a ser vista como normal e a “humilhação passa a fazer parte desse cotidiano de naturalidade” (PETRUS e PEREIRA JÚNIOR, 2016, p. 2 e 3). Nessa realidade, a participação social pode alterar o *status quo* e evitar a reprodução dessa cultura para as gerações futuras.

Nesse sentido, propomos a organização e a participação social de grupos de agricultores familiares, de pescadores artesanais e dos demais atingidos pelo Porto do Açú, bem como de toda a comunidade do 5º Distrito, a fim de que exerçam o controle das condicionantes ambientais. Isso para que efetivamente tenham seus “modos de vida” preservados e encontrem o caminho para o desenvolvimento endógeno.

Para isso, Petrus e Pereira Junior (2016, p. 2) defendem a educação e a informação como “fundamentais na tomada de decisão” e na formação de cidadãos e de cidadãs atuantes, para se colocarem no centro dos processos de desenvolvimento. As informações para fins de fiscalização, de acompanhamento e de monitoramento das condicionantes precisam ser transmitidas via uma comunicação acessível, discutida em pequenos grupos, direcionada a promoção de uma educação social e uma política dos atingidos e da comunidade visando à cidadania.

Tais ações podem contar com a assessoria técnico-científica de instituições de ensino superior da região, que já desenvolvem pesquisas e extensão no 5º Distrito. A título de ilustração e sem a pretensão de exatidão, de 2009 a 2021, foram realizadas aproximadamente 32 pesquisas de teses e de dissertações sobre o Porto do Açú, em 7 programas de pós-graduação, de 3 universidades públicas e de 1 universidade privada, localizadas em Campos dos Goytacazes.

Quanto à extensão, foram encontradas várias atividades desenvolvidas por universidades locais e por outras localizadas no Estado e também fora dele. Entre as atividades extensionistas estão os projetos de educação ambiental Pescarte e o Territórios do Petróleo, regulados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e com a gestão compartilhada entre a Petrobras e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). No âmbito da UFF Campos, destaca-se a assessoria técnica e política fornecida a Associação dos Proprietários Rurais e Imóveis de São João da Barra (ASPRIM), além de outras atividades, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Principais ações extensionistas em São João da Barra e 5º Distrito

<b>Ações de extensão</b>	<b>Núcleos de pesquisa/extensão/universidade</b>
Territórios do Petróleo	Centro de Ciências do Homem (CCH) UENF
Pescarte	CCH/UENF
Relatório “Projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos”	Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (Neru/UFF/Campos) Núcleo de Estudos em Estratégias e Desenvolvimento (NEED/IFF) Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS/Universidade Federal de Juiz de Fora)
Relatório técnico sobre análise da variação da linha de costa na Praia do Açú	Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA/UENF)
Relatório técnico sobre processo erosivo da Praia do Açú	Departamento de Geografia UFF/Campos
Assessoria na elaboração de documento para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH)	Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Cidadania e Desenvolvimento (NETRAD/UFF/Campos)
Assessoria técnica e política ASPRIM	Docentes UFF/Campos e UENF
Projeto “Horta Urbana: Rede de Hortas Urbanas”	Cursos de Engenharia Agrícola e de Engenharia Ambiental UFF/Niterói

Observatório Norte Fluminense de Políticas Públicas – Complexo Portuário e Industrial do Açú	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Projeto Dia do Campo Limpo	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/Campos)
Curso “Operador de beneficiamento de pescado”	Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (IFF/São João da Barra)

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa documental.

De forma geral, as ações extensionistas do Quadro 2 têm como público prioritário os grupos sociais mais vulneráveis aos impactos do extrativismo petrolífero e do Porto do Açú no Norte Fluminense, como os membros de associação de moradores, de comunidades quilombolas, de associações e de colônias de pescadores; os trabalhadores rurais e os assentados; que são estimulados a ampliarem sua autonomia, a conhecerem seus direitos e seus deveres.

Resultantes do ensino e da pesquisa, as ações de extensão devem ser tratadas como um trabalho social, conforme a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). De forma que a extensão universitária cumpre um papel essencial na sociedade, não somente na difusão de conhecimento, de técnicas e de tecnologia, mas também na luta contra a exclusão social, nas questões ligadas ao meio ambiente e naquelas relativas à diversidade cultural, desenvolvendo atividades que promovem a autonomia, a cidadania e o fortalecimento da soberania popular local.

## Conclusão

Visando contribuir com a temática da responsabilidade social nos processos de licenciamento ambiental com foco na preservação de “modos de vida” locais, este artigo teve como objetivo identificar as principais ações de RSC das empresas portuárias no 5º Distrito.

Obrigatoriamente implantados com o fito de mitigar e de compensar os impactos com base na proteção e na preservação socioambiental, alguns programas são ideologicamente apropriados pelas corporações empresariais, passando a funcionar como produtos de marketing corporativo, podendo também servir para atender às exigências junto às instituições financeiras, aos investidores e aos clientes. Desse modo, não é razoável desconsiderar seu uso corporativo, em detrimento da preservação dos “modos de vida” dos atingidos e de toda a comunidade do entorno do Porto do Açú.

O que estamos dizendo é que não basta o cumprimento legal de condicionantes ambientais por parte das empresas se não forem criados mecanismos de controle social. As condicionantes continuarão capturadas pelas empresas e não serão efetivas em seu papel de proteger e de preservar o meio ambiente e os atingidos do 5º Distrito. Antes são e serão instrumentos de controle da vida, do trabalho, da moradia, enfim, da existência dos atingidos.

As universidades podem contribuir na promoção de uma participação ativa dos atingidos e da comunidade em geral do 5º Distrito, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e contra a degradação ambiental, e na defesa da diversidade cultural.

Aos gestores públicos locais, em seu dever de fortalecer a identidade territorial, a cidadania e a soberania popular, cabe promoverem mecanismos de participação e de controle social. Por fim, além das obrigações legais de proteção social e ambiental, as empresas portuárias deveriam se comprometer com a preservação dos “modos de vida” do 5º Distrito.

## Referências

ALVARENGA, Felipe Medeiros. **Os deserdados do desenvolvimento**: o caso da implantação do complexo portuário e industrial do Açú e seus impactos socioterritoriais. 2012. 120f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF), Campos dos Goytacazes, 2012.

BARCELOS, Eduardo (coord.). O projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos. **Relatório Preliminar**. Minas Gerais – Rio de Janeiro, dez. 2013.

BENEVIDES-GUIMARÃES, Rosangela Maria Amorim; TERRA, Denise Cunha Tavares. Notas iniciais sobre a compatibilidade entre proteção social e ambiental e o Complexo Portuário do Açú no norte fluminense. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes, n. 67, p. 29-38, set./dez., 2020.

BRAGA, Gustavo Bastos; FIÚZA, Ana Louise Carvalho; REMOALDO, Paula Cristina Almeida. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Interface Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, n. 45, maio/ago., p. 370-396, 2017. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004521>

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução n. 1 de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para avaliação de impacto ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: [http://conama.mma.gov.br/?option=com\\_sisconama&task=arquivo.download&id=745](http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=745). Acesso em: 20 nov. 2022.

COSTA, Ana Maria Almeida da. **O processo de expropriação das terras do Açú e a trajetória de lutas dos camponeses impactados pelo projeto Minas-Rio**. 2017. 268f. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2017.

FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do estado do Rio de Janeiro. **Dados de produção pesqueira marinha julho a dezembro, 2017, região norte fluminense**. Disponível em: <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/publicacao/index/1>. Acesso em: 11 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletim estatístico da pesca do estado do Rio de Janeiro ano 2011 e 2012**. Fundação Instituto de Pesca do estado do Rio de Janeiro. Niterói, 2013. Disponível em: <http://pescarj.fundepag.br/sistema.html?id=60b4fc0cb8550d9000e8fb98>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FORPROEX – FORÚM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus/AM, maio, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.



GAVIRIA, Edwin Muñoz. A “Licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação e suas apropriações e sentidos. **Rev.Bras. Estudos Urbanos e Regionais** (online), v. 17, n. 2, p. 138-154, ago. 2015. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n2p138>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/pesquisa/15/11863>. Acesso em: 27 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Pecuária. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/pesquisa/18/16459?ano=2017>. Acesso em: 27 ago. 2022.

IFF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. 1º Fórum do Observatório Social, 2020. Disponível em: <https://eventos.iff.edu.br/observatoriosocial>. <http://portal1.iff.edu.br/reitoria/noticias/conselho-de-desenvolvimento-local-do-porto-do-acu-elegetemas-prioritarios-para-atuacao-na-regiao>. Acesso em: 28 ago. 2022.

LATINI, Juliana Ribeiro. **A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) enquanto instrumento participativo e preventivo no contexto do neodesenvolvimentismo**: o caso do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açu (CLIPA). 2015. 160f. Dissertação. (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF), Campos dos Goytacazes, 2015.

MISOCZKY, Maria Ceci; BÖHM, Steffen. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, artigo 6, p. 311–339, Jun. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000200008>

MMX. Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) Porto do Açu – RJ. Consultoria Ambiental, vol. único, ago, 2006. Disponível em [https://www3.opic.gov/environment/eia/toil/01\\_ESIA\\_ACU\\_PORT\\_CAL\\_2006.pdf](https://www3.opic.gov/environment/eia/toil/01_ESIA_ACU_PORT_CAL_2006.pdf).

NETO, Arnaldo. Entreposto de Atafona: indefinições. **Blog do Arnaldo Neto**. Em 18 set., 2017. Disponível em: <https://www.folha1.com.br/conteudo/2017/09/blogs/blogdoarnaldoneto/1224878-entreposto-de-atafona-indefinicoes.html>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PAES, Raquel da Silva; ZAPPES, Camilah Antunes. Agricultura familiar no norte do estado do Rio de Janeiro: identificação de manejo tradicional. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 385-395, set./dez., 2016. <https://doi.org/10.1590/1982-451320160305>

PAGOTO, Érico Luciano. **Greenwashing**: os conflitos éticos da propaganda ambiental. 2013. 163f. Dissertação. (Mestrado em Mudanças Sociais e Participação Política). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.

PEDLOWSKI, Marcos Antônio. O que faria se tomassem sua terra e deixassem seu gado morrer de sede. **Blog do Pedlowski**. Em 05 de fev, 2015. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2015/02/05/o-que-voce-faria-se-tomassem-sua-terra-e-deixassem-seu-gado-morrer-de-sede/>. Acesso em: 07 set., 2022.

\_\_\_\_\_. Porto do Açu, o lugar em que quase tudo é “quase”. **Blog do Pedlowski**. Em 25 de maio, 2014. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2014/05/25/porto-do-acu-o-lugar-em-que-tudo-e-quase/>. Acesso em: 05 out. 2022.

PESSANHA, Laila de Souza Gomes; PIQUET, Rosélia; TERRA, Denise Cunha Tavares. O Complexo Portuário do Açu: as relações comerciais entre as empresas âncoras e as fornecedoras locais. **Terceiro Milênio**, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 1, p. 125-146, jan./jul., 2015.

PESSANHA, Roberto Moraes. **A relação transescalar e multidimensional Petróleo-Porto como produtora de novas territorialidades**. 2016. 560f. Tese. (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2016.

PETRUS, Júlia Kátia Borgneth; PEREIRA JÚNIOR, Magno Vasconcelos. A influência da participação social para o desenvolvimento local. **Polis** (online), 44, p. 1-16, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11909>

POLLICE, Fábio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 7-23, jan./jun., 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539/2461>

PORTO DO AÇU. Projeto escola do século XXI capacita educadores da rede municipal de São João da Barra. Em 03 out., 2020. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/projeto-escola-do-seculo-xxi-capacita-educadores-da-rede-municipal-de-sao-joao-da-barra/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Fazendo negócios no Porto do Açú. Disponível em: [https://portodoacu.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Fazendo-Neg%C3%B3cios-no-Porto-do-A%C3%A7u\\_WEB\\_2020.pdf](https://portodoacu.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Fazendo-Neg%C3%B3cios-no-Porto-do-A%C3%A7u_WEB_2020.pdf). Acesso em: 27 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Porto do Açú dá vida ao Conselho de Desenvolvimento Local. Em 12 ago., 2020. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/porto-do-acu-da-vida-ao-conselho-de-desenvolvimento-local-e-elege-tres-temas-prioritarios-para-atuacao-no-norte-fluminense/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Vila da Terra na 1ª mostra GIFE de inovação social, em São Paulo. Em 16 set. 2019. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/vila-da-terra-na-1a-mostra-gife-de-inovacao-social-em-sao-paulo/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Gestão Social. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/sustentabilidade/gestao-social/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PRADO, Fellipe Silva. **A construção de nova territorialidades a partir da implantação do Complexo do Superporto do Açú em São João da Barra – RJ**. 2014. 125f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, 2014.

RANGEL, Hevilmar Carneiro; PIQUET, Rosélia Perissé da Silva; SHIMODA, Eduardo. Na análise do papel do Porto do Açú no emprego formal e nas receitas do município de São João da Barra, RJ. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, Ano XX, v. 1, n. 39, p. 142-167, abr., 2018. <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v1i39.5344>

RANGEL, Hevilmar Carneiro. **O Complexo Portuário do Açú e suas relações industriais e comerciais em municípios selecionados do norte fluminense**. 2020. 180f. Tese. (Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade). Universidade Cândido Mendes (UCAM), Campos dos Goytacazes, 2020.

REDE PRO-RIO. Webinar Porto do Açú: relações regionais e mundiais. Em 09 de ago., 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JoGlytakmc8>. Acesso em: 20 set. 2022.

RICO, Elizabeth de Melo. A Responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 4, p. 73-82, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000400009>

SANTOS, Alejandra Fillippo Gonzalez Neves dos; BONFIM, Bruno de Carvalho; BENEDITTO, Ana Paula Di. A Pesca extrativa marinha no Porto de Atafona, São João da Barra – RJ: passado e

presente. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, Itajaí, v. 21, n. 1, p. 1-7, 2017. <https://doi.org/10.14210/bjast.v21n1.10346>

TCE- RJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos socioeconômicos municipais do estado do Rio de Janeiro. São João da Barra, 2020**. Disponível em: [https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos\\_socioeconomicos](https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos). Acesso em: 10 mar. 2022.

TIMÓTEO, Geraldo Márcio. **Trabalho e Pesca no litoral fluminense**: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019. Disponível em: <https://uenf.br/extensao/editora/wp-content/uploads/sites/2/2019/10/Trabalho-e-Pesca-no-Litoral-Fluminense.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

VILIANI, Rodrigo Machado; CRUZ, José Luis Vianna da; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. O sal do Porto: conflitos ambientais no Porto do Açú, Rio de Janeiro, Brasil. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 2-21, 2021. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200190r1vu2021L5AO>

ZAPPES, Camilah Antunes; OLIVEIRA, Pablo da Costa; BENEDITTO, Ana Paula Madeira Di. Percepção de pescadores do norte fluminense sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação de megaempreendimento portuário. **Bol. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 73-88, 2016. [10.20950/1678.2305.2016v42n1p73](https://doi.org/10.20950/1678.2305.2016v42n1p73)

## NOTAS

### \* Rosângela Maria Amorim Benevides-Guimarães

Assistente Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Campos dos Goytacazes. Doutora e Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

E-mail: [robenevides@id.uff.br](mailto:robenevides@id.uff.br)

<https://orcid.org/0000-0001-9908-2226>

### \*\* Denise Cunha Tavares Terra

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes – Campos. Mestrado em Ciências Políticas (IUPERJ). Doutorado em Geografia (UFRJ). Professora associada do Centro de Ciências do Homem (CCH) da Universidade Estadual Darcy Ribeiro (UENF).

E-mail: [deniseterra@uenf.br](mailto:deniseterra@uenf.br)

<http://orcid.org/0000-0003-4667-0280>

## CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

## FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

## CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

## APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

## CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

#### **PUBLISHER**

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

#### **EDITORES**

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio

#### **HISTÓRICO**

Recebido em: 07-09-2022 – Aprovado em: 12-10-2022 – Publicado em: 29-12-2022.